

GABINETE DO DEPUTADO WARTON LACERDA

INDICATIVO DE PROJETO DE LEI Nº 12 , DE DE 2025

**DISPÕE SOBRE A FRAUDE METROLÓGICA  
NA REVENDA VAREJISTA DE  
COMBUSTÍVEIS.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,**

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Piauí aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - Será cassada a eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS do posto revendedor de combustíveis automotivos que utilizar qualquer dispositivo mecânico ou eletrônico, acionado por controle remoto ou não, que acarrete o fornecimento ao consumidor de volume de combustível diverso do indicado na bomba medidora, observadas as variações volumétricas permitidas pelo órgão metrológico competente.

**Artigo 2º** - O estabelecimento flagrado cometendo qualquer tipo de fraude na bomba de abastecimento será multado em valor entre R\$: 20.000,00 e R\$: 200.000,00 mil reais.

**Parágrafo único** - Também será cassada a eficácia da inscrição do posto revendedor que utilizar qualquer dispositivo que acarrete, na totalização do valor cobrado do consumidor, preço diverso do indicado na bomba medidora.

**Artigo 3º** - As infrações referidas no artigo anterior desta lei serão apuradas na forma estabelecida pela Secretaria da Fazenda e comprovadas por meio de laudo elaborado pelo Instituto de Metrologia do Estado do Piauí - IMEPI ou por perito com fé pública.


**Artigo 4º** - A cassação da eficácia da inscrição, prevista nesta lei, implicará aos sócios do estabelecimento penalizado, pessoas físicas ou jurídicas, o impedimento de exercerem o mesmo ramo de atividade, mesmo que em estabelecimento

**GABINETE DO DEPUTADO WARTON LACERDA**  
distinto daquele, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data da cassação.

**Artigo 5º** - Diante da comprovação irrefutável da fraude, dar-se-a aplicação imediata do Artigo 66 da Lei Federal 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

**Artigo 6º** - Os valores arrecadados com as multas serão destinados ao Fundo Estadual de Defesa do Consumidor.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ** – Teresina-PI,      de maio de 2025.

  
Warton Lacerda  
DEP. ESTADUAL / PI

**Deputado Warton Lacerda**

Deputado Estadual – Partido dos Trabalhadores